

Lei Ordinária nº 1455/2006

Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Camapuã, e dá outras providências.

MOYSÉS NERY, Prefeito Municipal de Camapuã: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 24 de outubro de 2006

Capítulo I

DAS FINALIDADES

Art. 1º. - Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Camapuã - COMMAC, órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES, com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas na área de meio ambiente do Município.

Capítulo II DA COMPOSIÇÃO

- **Art. 2º. -** O COMMAC é composto de 6 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, de forma paritária, sendo 3 (três) representantes do Poder Público Municipal e 3 (três) representantes da comunidade que tenham atuação no segmento de meio ambiente.
- § 1º. Os representantes titulares e suplentes do Poder Público Municipal serão indicados pelo Prefeito Municipal, dentre os servidores de órgãos voltados à execução da política de meio ambiente, educação e desenvolvimento econômico do Município.
- § 2º. Os membros do COMMAC poderão ser substituídos mediante solicitação, via oficio da entidade responsável, apresentando ao Prefeito Municipal.

§ 3º. -

O COMMAC terá a seguinte estrutura:

Plenária;

Presidência;

Comissões;

Secretaria Executiva.

§ 4º. - O Presidente do COMMAC será eleito para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 5º. -

Em caso de empate será eleito o candidato mais velho em idade cronológica.

Art. 3º. - Compete ao COMMAC:

- I formular as diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do Município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;
- II propor normas legais, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- **III -** obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e comunidade em geral;
- **IV** atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental, promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do Município;
- **V** subsidiar o Ministério Público no exercício de suas competências para a proteção do meio ambiente previstas na Constituição Federal;
- **VI -** solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do Município na área ambiental:
- **VII -** propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;
- **VIII -** opinar, previamente, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do Município;
- **IX -** apresentar anualmente proposta orçamentária ao Executivo Municipal, inerente ao seu funcionamento;
- **X** identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;
- **XI -** opinar sobre a realização de estudo alternativo sobre as possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;
- **XII -** acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

- **XIII -** receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;
- **XIV** acionar os órgão competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no Município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;
- **XV -** opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano e posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente ao desenvolvimento do Município;
- **XVI -** opinar, quando solicitado, sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;
- **XVII -** orientar o Poder Executivo Municipal sobre o exercício do poder de policia administrativa no que concerne à fiscalização e aos casos de infração à legislação ambiental;
- **XVIII -** deliberar sobre a realização de audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;
- **XIX** propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação, visando à proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas da ecologia;
- **XX -** responder consultas sobre matéria de sua competência;
- **XXI -** decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- **XXII -** divulgar no órgão oficial de imprensa municipal suas deliberações, de caráter geral, bem como as contas aprovadas relativas ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Camapuã;
- **XXIII** elaborar e aprovar seu regimento interno.

Capítulo IV DO FUNCIONAMENTO

- **Art. 4º. -** O COMMAC terá seu funcionamento regido por um Regimento Interno próprio, obedecendo as seguintes normas:
- I Plenária, como órgão de deliberação máxima;
- II as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês, e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;
- III as decisões de COMMAC serão consubstanciadas em resoluções;
- III cada membro do COMMAC terá direito a um único voto, ficando vedado o voto por procuração;
- V o voto do Presidente somente será admitido em caso de empate;

- **VI -** os membros indicados na forma do artigo 2º desta Lei serão nomeados pelo Prefeito Municipal para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.
- **Art. 5º. -** A função de Conselheiro será considerada de serviço público relevante, sendo seu exercício prioritário em relação a quaisquer outros serviços.
- **Art. 6º. -** Os membros do COMMAC exercerão seus mandatos sem gratificação específica, sendo o ressarcimento de despesas com transporte, estadas e alimentação não consideradas como remuneração.
- **Art. 7º. -** O Poder Executivo Municipal cederá espaço físico, materiais permanentes e de consumo, bem como os recursos humanos necessários ao funcionamento regular do Conselho.
- **Art. 8º. -** O Poder Público Municipal terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Lei, para nomear e dar posse aos membros do Conselho.

Capítulo V DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- **Art. 9º. -** Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Camapuã FMMAC, que tem por objetivo criar condições financeiras ao desenvolvimento das ações de Meio Ambiente, no âmbito do território de Camapuã.
- **Art. 10 -** Cabe à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável SEDES, como órgão responsável pela gestão da política de meio ambiente, gerir o FMMAC.
- Art. 11 São receitas do Fundo:
- I os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;
- II o produto de convênios, contratos, ajustes ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas;
- **III -** dotações consignadas anualmente no orçamento do Município e as verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;

IV -

doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais ou internacionais, governamentais ou não-governamentais;

- V recursos retidos em instituições financeiras sem destinação própria ou repasse;
- **VI -** as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias, oriundas das atividades econômicas de prestação de serviços e de outras transferências que tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor;
- **VII -** doações feitas diretamente em espécie;
- VIII outras, legalmente constituídas.
- **Parágrafo único.** Os recursos do FMMAC serão administrados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho, que ainda deverá examinar e aprovar plano de aplicação apresentado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável-SEDES

- **Art. 12 -** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 5000,00 (cinco mil reais) destinado a constituir a contribuição do Município ao FIMMAC para o exercício de 2006.
- **Art. 13 -** O crédito especial de que trata o artigo anterior deverá ser compensado nos termos da Lei Federal 4.320/64, através da anulação parcial ou total das dotações constantes do orçamento em vigor.
- Art. 14 O FMMAC será regulamentado por Decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal.
- Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã/MS, 31 de outubro de 2006.

MOYSÉS NERY

Prefeito Municipal